



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Secretaria de Mudança do Clima
Departamento de Políticas para Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima

ATA DE REUNIÃO

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO TEMPORÁRIO DE TRABALHO DE ADAPTAÇÃO Nº
07/2024

Data: 27 de setembro de 2024.

Horário: 08:00 às 12:30 horas.

Local: Reunião Virtual no Aplicativo Teams

Participantes:

Nesta reunião, os órgãos que integram a GTT Adaptação foram representados pelos seguintes servidores: Adayse Bossolani da Guarda (MPA Pesca e Aquicultura); Agnes Soares da Silva (MS-Saúde); Alexandre Resende Tofeti (MMA Recursos Hídricos); Allan Razera (MDA - Agri. Fam.); Ana Carolina Câmara (GIZ); Ana Paula Leite Prates (MMA Oceano e ZC); Bárbara Gama Dias Reis Silva (MIR); Bruna Veríssimo Lima Santos (MRE); Carolina Fávero de Souza (MTurismo); Daniela Dantas de Menezes (MMA); Diogo Victor Santos (Casa Civil); Eduardo de Azevedo P. Cunha (MAPA); Fabiola Rocha Caires (MPO); Fani Mamede (Transportes); Fernanda Leite (GIZ); Geisiane do N. Basso (MDIC Indústria); Gustavo do Santos Goretti (MAPA Agricultura e Pecuária); Inamara Santos Mélo (MMA); Isabela Mirna Marques Lourenço (MMA); João Filipe Iura Schafaschek (MMA); Juliana Sobrinho dos Santos (MIDR); Jussara de Lima Carvalho (FBMC); Kleber Souza Dos Santos (MAPA); Luciana Mara Alves (GIZ); Luciene Mignani (MPA Pesca e Aquicultura); Márcia Muchagata (MDS- Segurança Alimentar e Nutricional); Mariana Paz (MCTI); Mariana Vitali (MMA Oceano e Z.C.); Mauricio Guerra (MMA); Mauricio Polidoro (MPI); Nadinne Oliveira de Matos Souza (MMA/Biodiversidade); Natalia Dalessandro (MCTI); Pedro Alexandre Rodrigues Christ (MMA); Sávio Tulio Oselieri Raeder (MCTI); Sérgio Ayrimoraes (MME Energia); Suiá Kafure da Rocha (MAPA); Talime Teleska (rep. Juliana Moretti /MIDR I.R.); Teodoro Thielen (GIZ); Thais Fonseca Veloso de Oliveira (MDS); Yuri Rafael Della Giustina (Ministério das Cidades).

TÓPICOS DA REUNIÃO

AGENDA DO DIA

- 1. Abertura**
- 2. Informe sobre as propostas recebidas e a sistematização feita para a minuta da Estratégia Nacional**
- 3. Apresentação e debate da minuta da Estratégia Nacional**
- 4. Encaminhamentos**

Pediu-se permissão aos presentes para que a reunião fosse gravada. Como não houve manifestações contrárias, iniciou-se a gravação.

PAUTA Nº 1 – ABERTURA.

Foi solicitado pela Coordenação que os participantes registrassem seus nomes e instituições no chat para controle em caso de votação.

A ideia, nessa abertura, é informar que logo na sequência sobre as Propostas Recebidas, um pouco do processo de sistematização feita para a minuta da Estratégia Nacional será apresentado com um debate logo na sequência.

PAUTA Nº 2 – INFORME SOBRE AS PROPOSTAS RECEBIDAS E A SISTEMATIZAÇÃO FEITA PARA A MINUTA DA ESTRATÉGIA NACIONAL.

Recebeu-se 179 contribuições da Casa Civil, Oceano e Zona Costeira, Biodiversidade, Igualdade Racial, Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, Ministério de Minas e Energia, Saúde, Relações Exteriores, Desastres, Cidades, Mulheres e a própria equipe da coordenação diante de algumas questões levantadas, também apresentou propostas de texto de nova redação.

Neste processo, muitas dessas questões puderam ser sistematizadas e foram levadas ao texto de forma organizada, algumas das questões pontuadas foram comentários mais gerais, nem sempre com um texto, nem sempre com informações muito claras. O Coordenação apresentará um compilado de para deliberação, com algumas idéias.

Das 179 contribuições, 79 propostas foram acatadas para revisão textual, e 6 propostas para esclarecimentos de fontes de referência também foram aceitas. Na reunião passada, 77 propostas e comentários passaram pela avaliação e deliberação. Ficaram três pendências que voltam para o debate com proposta de inclusão de texto.

Desde a última reunião, houveram reuniões bilaterais quanto troca de e-mails para ajustes e a sistematização das propostas, em particular com a equipe de oceano e zona costeira, energia, recursos hídricos, o fórum brasileiro de mudança do clima. Houve uma reunião bastante extensa com os integrantes da Câmara Técnica de

Adaptação do fórum, também a equipe de cidades, assim, apresentou-se um compilado do diálogo para debate no âmbito do GTT.

(A Coordenação compartilha tabela para acompanhamento pelo Teams)

PAUTA Nº 3 – APRESENTAÇÃO E DEBATE DA MINUTA DA ESTRATÉGIA NACIONAL.

Discussão sobre a Tabela de Propostas e Revisões

A reunião levantou preocupações sobre a necessidade de aprimorar os conceitos adotados para garantir que estejam alinhados com a melhor ciência disponível, além de enfatizar a importância de uma linguagem mais inclusiva e simples.

Foi mencionada a preocupação com a autonomia excessiva dos ministérios, que pode se tornar problemática, e a necessidade de atenção à escala micro, médio e macro na utilização de soluções baseadas na natureza.

Foi levantada a necessidade de garantir que os documentos sobre adaptação climática estejam atualizados e reflitam as diretrizes mais recentes da UNFCCC, para assegurar a eficácia das propostas.

Foi proposto que se inclua um parágrafo sobre o Global Stock Take, que é essencial para o acompanhamento e avaliação das metas de longo prazo do Acordo de Paris, e a proposta foi submetida para avaliação.

Revisão de Documentos sobre Adaptação Climática

Implementação de Metas de Adaptação Climática

O documento convida as partes a incluir informações sobre as metas de adaptação de forma voluntária nas comunicações de adaptação e relatórios.

Foi levantada a necessidade de monitoramento e transparência no plano de adaptação, considerando que o Brasil deve se manifestar sobre as metas.

Conceitos Relacionados ao IPCC

Revisão de Conceitos e Linguagem Inclusiva

Foi levantada a preocupação sobre a necessidade de equilibrar a especificidade técnica do conteúdo com a inclusão de uma linguagem mais simples e acessível, para que o documento não se torne excessivamente técnico.

Decidiu-se que o documento deve incluir gráficos e infográficos para facilitar a compreensão, mantendo a clareza e a acessibilidade do conteúdo.

Autonomia dos Ministérios na Implementação de Políticas

A proposta de texto foi alterada para esclarecer que a autonomia dos ministérios é fundamentada em suas atribuições institucionais, garantindo que a coordenação das políticas de adaptação seja mantida.

Discussão sobre o envio de links e monitoramento de salas

Houve uma preocupação expressa sobre a confusão causada pela falta de links corretos para a reunião, com um pedido para que alguém monitorasse a outra sala para garantir que todos estivessem presentes.

Foi solicitado que o envio dos links corretos fosse feito imediatamente, com um pedido específico para que isso fosse tratado por um membro da equipe.

Conceitos de desastre e eventos emergenciais

Foi decidido que os conceitos de desastre seriam claramente definidos no documento, incorporando observações feitas pela equipe de gestão de risco de desastre.

Os participantes concordaram em incluir comentários sobre documentos recentes relacionados à adaptação, produzidos no âmbito da UNFCCC, para garantir a complementação do texto.

Revisão do MRE e Justiça Climática

O fórum expressou preocupações sobre a segregação entre ambientes naturais e humanos, sugerindo que isso poderia prejudicar a compreensão do plano.

Foi acordado que a inclusão de conceitos como sistema socioecológico integrado não seria necessária, pois o que está convencionado internacionalmente já está sendo adotado no plano.

Foi proposta a inclusão de um texto que aborde desigualdade social e racismo ambiental, além de mobilidade, em resposta às preocupações levantadas.

Agenda de Adaptação e Desigualdade Social

Foi decidido que as diretrizes e a agenda de adaptação devem ser abordadas em planos estaduais e municipais, considerando a escala das realidades locais.

| A necessidade de abordar a desigualdade social na agenda de adaptação é uma preocupação central, pois a falta de consideração pode agravar as condições sociais.

Integração de Conhecimentos Tradicionais e Técnicos

Foi acordada a inclusão do termo 'conhecimento tradicional' no glossário do documento em discussão, visando reconhecer a importância desse conhecimento nas diretrizes.

A equipe deve avaliar se a redação atual da diretriz sobre o uso de conhecimento tradicional é suficiente ou se é necessário enriquecê-la ou propor uma nova diretriz.

Discussão sobre o texto de contexto e sugestões de infográfico

Foi levantada a preocupação de que o texto atual está muito longo e que uma abordagem visual poderia ser mais eficaz para a comunicação das ideias.

Foi decidido que o conteúdo textual será enviado para consulta pública e que, na diagramação final do documento, trechos que puderem ser facilitados por imagens serão incluídos.

Os colegas foram instruídos a adotar o encaminhamento de enviar o conteúdo textual para consulta pública e considerar a inclusão de infográficos na versão final do documento.

Decidiu-se incluir uma nova sentença no texto que enfatiza a importância de prover informações adequadas à sociedade sobre as mudanças climáticas.

Inclusão de informações sobre mudanças climáticas

Educação e Comunicação sobre Mudanças Climáticas

A necessidade de uma agenda de comunicação clara e eficaz foi levantada, destacando que a capacitação e a comunicação são aspectos distintos que precisam ser abordados de forma integrada.

Foi proposto que a inclusão de um box sobre temas relevantes para a agenda de adaptação, como justiça climática e mobilidade, seja feita para fortalecer a comunicação e mobilização da sociedade.

Estratégia de Adaptação e Comunicação

Foi decidido que a proposta de metas nacionais e a mobilização da sociedade são relevantes para a adaptação, e que isso será discutido em um fórum para obter consenso.

Foi levantada a preocupação sobre a necessidade de um planejamento ativo da comunicação, que deve dialogar com a educação ambiental e aumentar a consciência sobre a mudança climática como um desafio social.

Os próximos passos incluem a apresentação de um modelo que detalha as atribuições e responsabilidades para cada política de adaptação, que será esclarecido com o fórum.

Discussão sobre Metas Nacionais e Educação

Os participantes expressam a necessidade de incluir a educação e a comunicação como parte da agenda de adaptação, ressaltando a importância de sensibilizar a sociedade sobre as questões climáticas.

Alinhamento de Planos Climáticos Locais

Os participantes concordam em incluir a adaptação às mudanças climáticas nos instrumentos de planejamento territorial, como planos diretores e orçamentos, para promover um desenvolvimento urbano mais resiliente.

Adaptação às Mudanças Climáticas em Nível Local

Os participantes concordaram que os impactos das mudanças climáticas são percebidos principalmente em nível local e que isso deve ser enfatizado nos instrumentos de planejamento territorial.

Foi levantada a preocupação sobre a necessidade de integrar dados racializados e a importância de uma gestão de conhecimento e transparência para abordar os problemas que ocorrem na escala local.

Gestão de Conhecimento e Transparência

Foi levantada a preocupação sobre a necessidade de detalhar melhor o conceito de vulnerabilidade e o impacto, que no texto apresentado parece se referir apenas a adversidades, sem considerar impactos positivos.

O conceito de impacto, conforme o IPCC, refere-se principalmente a efeitos adversos, incluindo danos a vidas, saúde, ecossistemas e infraestrutura, e pode ser direto ou indireto.

Foi destacado que a gravidade da crise climática deve considerar riscos sistêmicos, como o colapso de infraestrutura que afeta comunidades.

A discussão incluiu a definição de má adaptação, que se refere a ações que não consideram desigualdades e que podem sobrecarregar desproporcionalmente os mais vulneráveis.

Discussão sobre a proposta de redação e adaptação

O texto atual menciona que a maior parte da adaptação implementada no mundo é fragmentada e focada em planejamento, o que pode levar a má adaptação.

Foi levantada a preocupação sobre a má adaptação, que pode resultar em aumento de riscos e vulnerabilidades, afetando o bem-estar presente e futuro.

Foi decidido que a proposta de redação incluirá um acréscimo que destaca a questão da vulnerabilidade social, mantendo o que já estava no texto anterior.

O conceito de adaptação discutido é baseado no relatório do IPCC, que aborda ações que podem levar a resultados adversos em diferentes setores.

O conceito de adaptação discutido é baseado no relatório do IPCC, que aborda ações que podem levar a resultados adversos em diferentes setores.

Discussão sobre a Inclusão de Referências ao IPCC

Os participantes expressam preocupação sobre a inclusão de referências adicionais ao IPCC, questionando se isso é realmente necessário, visto que o relatório já cobre muitos conceitos do IPCC.

Os participantes concordam que não é necessário incluir referências adicionais ao IPCC, pois o relatório já contém informações suficientes sobre o conceito de má adaptação.

Discussão sobre a redação do relatório do IPCC

Foi decidido que a redação do relatório do IPCC deve ser complementada para ressaltar a erradicação da pobreza e a igualdade social, caracterizando a má adaptação.

Os participantes concordaram em buscar no relatório do IPCC a complementação que ressalte a questão dos objetivos da erradicação da pobreza e da igualdade social.

Revisão do Plano Clima Adaptação

Durante a discussão, foi levantada a preocupação sobre a definição assertiva dos temas transversais do plano, com um consenso sobre a justiça climática, mas incertezas sobre outros temas relevantes.

Foi decidido que os temas identificados como transversais não seriam tratados como tal, mas sim como relevantes para a implementação da agenda de adaptação, deslocando-os para depois das diretrizes e objetivos nacionais.

Os participantes concordaram em revisar as diretrizes subnacionais e a governança multinível, com a intenção de apresentar um texto que inclua mais uma diretriz, caso o fórum deseje enviar um texto.

Sistematização de Questões e Consulta Pública

A sistematização das questões discutidas é complexa e pode não atender a todas as perspectivas, levantando preocupações sobre a eficácia do processo.

Foi sugerido que uma consulta pública seja realizada para permitir o envio de contribuições adicionais, visando melhorar a sistematização das questões.

Relação entre o Plano Clima e o PPA

Houve uma preocupação expressa sobre a falta de clareza na legislação em relação ao papel do plano clima como orientador do PPA, levantando questões sobre a intenção do planejamento.

Foi acordado que a lente climática deve orientar as ações do governo, incluindo o planejamento e financiamento, embora haja necessidade de ajustes na forma como isso é apresentado na legislação.

Compatibilidade do Plano Climático com a Constituição

A preocupação levantada é sobre a necessidade de garantir que o plano climático não contrarie a Constituição, especialmente no que diz respeito ao artigo 166, que orienta a elaboração dos planos nacionais.

Foi acordado que o plano climático deve ser observado na formulação dos ciclos do plano plurianual, mas a forma como isso deve ser comunicado ainda está em discussão.

Diretrizes para Adaptação Climática

O Speaker_06 expressou preocupação sobre a falta de atribuição do plano clima para exigir que o PPA observe as diretrizes de adaptação, mencionando que a PNMC possui essa condição estabelecida em lei.

Os participantes sugeriram consultar os jurídicos e universitários para determinar a melhor redação das diretrizes, mantendo o espírito da proposta original.

Foi decidido que a proposta de diretrizes deve incluir uma referência às metas globais de adaptação antes de apresentar os objetivos nacionais, para refletir a integração entre as necessidades locais e os compromissos globais.

Integração de Objetivos Nacionais e Compromissos Globais

Os participantes concordaram que os objetivos nacionais devem refletir a integração entre as necessidades locais e os compromissos globais, ressaltando a importância da adaptação.

Um dos participantes expressou preocupação sobre a necessidade de não se subordinar completamente à agenda global de adaptação, enfatizando que as prioridades locais devem ser respeitadas.

Foi decidido que a redação proposta não subordina as ações locais às ações globais, mas sim que ambas devem estar alinhadas.

Integração de Metas Locais e Globais

Houve uma preocupação expressa sobre a necessidade de flexibilização nas prioridades de adaptação, considerando que cada parte deve estabelecer suas próprias prioridades. Isso foi destacado como uma ressalva importante na discussão.

Foi acordado que a redação deve ser ajustada para refletir a integração entre as necessidades locais e os compromissos globais, utilizando termos como 'abrange' ou 'envolve'.

Foi sugerido que as questões debatidas devem ser incluídas na estratégia transversal que envolve meios de implementação e financiamento, para garantir que as ações de adaptação sejam adequadamente suportadas.

Foi levantada a preocupação de que o plano não deve definir a governança, mas sim que a governança deve ser tratada no âmbito do GTT e da estratégia nacional, o que implica em uma definição mais ampla para a participação da sociedade.

Discussão sobre o Plano Clima Adaptação

Foi decidido que o conceito de resiliência deve ser mais trabalhado e que o termo 'consciente' deve ser inserido na visão do plano, além de garantir que o governo e a sociedade estejam engajados.

O fórum expressou a preocupação de que o objetivo geral do plano precisa ser mais contundente e claro, com palavras que garantam responsabilidade.

Foi sugerido que a redação do objetivo do plano inclua 'orientar, promover e implementar ações coordenadas' para a adaptação a sistemas humanos e naturais.

Retorno e Continuação da Reunião

Elaboração dos Planos Setoriais

Foi mencionado que foram realizados 16 eventos de capacitação, com mais de 300 participantes, mas a equipe precisa confirmar o número exato para evitar duplicidade de contagem.

A equipe foi solicitada a remover repetições do texto e incluir informações sobre responsabilidades no contexto da elaboração dos planos setoriais.

Capacidade Adaptativa e Gestão de Risco Climático

A baixa capacidade adaptativa dos entes subnacionais é uma preocupação, especialmente em relação à sua competência diante do modelo federativo brasileiro, o que pode impactar a gestão de riscos climáticos.

Uma pesquisa do IBGE de 2020 revelou que, embora 76% dos municípios brasileiros tenham instituições de defesa civil, apenas 21% têm um responsável exclusivo e 17% possuem previsão de recursos na lei orçamentária anual, indicando uma capacidade reduzida de atuação.

Foi acordado que a equipe irá reescrever o texto para incluir uma abordagem mais ampla sobre a capacidade adaptativa, além da defesa civil, conforme sugerido por Diogo.

Discussão sobre a Redação da Proposta

A Dra. Agnes levantou a preocupação de que eventos extremos podem ocorrer sem fatalidades, mas ainda assim é fundamental considerar suas repercussões na saúde.

A equipe concordou que o texto da proposta precisa ser reescrito para incluir uma visão mais ampla sobre eventos extremos e suas repercussões.

O custo da mudança do clima para o Brasil nos últimos 20 anos é estimado em 100 bilhões de dólares, afetando a saúde e exacerbando desigualdades sociais.

Incorporação de Linguagem sobre Perdas e Danos na Estratégia de Adaptação

Foi levantada a preocupação de que o Brasil está sujeito a perdas e danos devido a eventos climáticos extremos, e que a adaptação tem limites.

Foi decidido que a linguagem sobre perdas e danos será incorporada ao texto, com a ressalva de que os dados sobre danos materiais serão destacados em outra parte do documento.

Tradução de Termos Relacionados a Eventos Climáticos

Discussão sobre os danos causados pela mudança climática

Os participantes concordam em substituir a palavra 'incalculáveis' por 'enormes' ou 'graves' para descrever os danos à sociedade brasileira, buscando uma terminologia que reflita a seriedade da situação.

Um dos participantes expressa preocupação de que a descrição dos danos como 'enormes' não seja suficiente para capturar a gravidade da perda da biodiversidade e da segurança alimentar, sugerindo que a terminologia deve ser mais forte.

Discussão sobre a má adaptação e políticas de adaptação ao clima

Foi decidido que a redação sobre a má adaptação deve ser compatibilizada com outra proposta, levando em consideração as contribuições do relatório do IPCC.

Os participantes foram solicitados a trabalhar na redação compatibilizada até o final da reunião.

Foi mencionado que áreas com características de clima árido já correspondem a mais de 8% das terras da região semiárida, e que áreas do semiárido do país têm crescido a uma taxa média superior a 75 mil quilômetros quadrados a cada década.

Impactos da Mudança Climática na América Latina

A América Latina é uma das regiões mais vulneráveis aos impactos da mudança do clima, devido à sua localização e diversidade em termos de clima, ecossistemas e tradições culturais.

A proposta de um parágrafo adicional foi recepcionada, com a inclusão de uma palavra a mais, 'economia', para enriquecer o texto.

A equipe foi encarregada de corrigir a inclusão de dados no infográfico e adicionar a fotografia do Rio Acre que foi considerada ilustrativa.

Correções e Ajustes em Documentos

Impactos da Seca e Queimadas

Foi levantada a preocupação sobre a superficialidade das informações apresentadas nos infográficos sobre a seca na Amazônia, que não incluem dados relevantes sobre a segurança hídrica e a situação das populações ribeirinhas.

Foi discutido que a equipe deve trabalhar na atualização dos dados sobre os impactos da seca e queimadas entre os anos de 2023 e 2024, e que é necessário receber mais informações para melhorar os infográficos.

Impactos da Biodiversidade e Comunidades Ribeirinhas

A preocupação foi levantada sobre a falta de informações sobre o impacto da morte de botos cor-de-rosa e tucuxis nas comunidades ribeirinhas do oeste amazônico, que afeta a segurança alimentar e hídrica.

Foi mencionado que a equipe irá buscar mais informações sobre os impactos da biodiversidade e a situação das comunidades ribeirinhas para incluir no infográfico.

Geração de Energia e Crise Hídrica

Foi decidido que o texto sobre a crise hídrica será reescrito para melhor alinhamento com as informações relevantes, visando a clareza e a conexão com o tema de geração de energia.

Análise da Crise Hídrica e Impactos na Geração de Energia

A crise hídrica resultou em uma redução de 8,5% na oferta de energia por fontes hidráulicas em relação ao ano anterior, evidenciando a gravidade da situação.

A necessidade de acionamento adicional de termoeletricas com combustíveis fósseis, que são mais emissores de gases de efeito estufa, levanta preocupações sobre o impacto ambiental e o aumento dos custos de geração de energia elétrica.

Simplificação das Informações sobre Geração de Energia

Foi acordado que a equipe fará uma nova proposta para simplificar as informações sobre a geração de energia, tornando-as mais acessíveis.

Discussão sobre Projeções e Cenários Futuros

Um dos participantes expressa preocupação sobre a inclusão de projeções futuras, argumentando que isso não é o espírito do capítulo e que deveria ser mantido o foco nos dados históricos e diagnósticos.

Os participantes concordam em que a discussão deve incluir tanto as mudanças observadas quanto os riscos e vulnerabilidades, mas ainda há divergências sobre como apresentar as projeções.

Demanda por Irrigação e Cenários Futuros

Foi levantada a preocupação sobre a necessidade de apresentar cenários futuros que considerem os riscos associados à demanda por irrigação e à capacidade de geração hidrelétrica, enfatizando a importância de não simplificar a abordagem.

Os participantes concordaram que é necessário apresentar cenários futuros e que a proposta de alteração de texto deve incluir os riscos levantados, garantindo que o texto não fique simplificado demais.

Foi sugerido que, para a próxima reunião, os participantes tragam mensagens-chave simplificadas que ajudem a comunicar os riscos e as perspectivas futuras de forma clara e coesa.

Foi decidido que o texto deve incluir uma abordagem sobre a ampliação de fontes renováveis no sistema de energia, alinhando-se com as diretrizes do setor e as metas do Brasil.

Impactos das Mudanças Climáticas na Segurança Energética

As mudanças climáticas, como secas e aumento de temperaturas, são preocupações que impactam a segurança energética e podem aumentar os custos operacionais.

A diminuição da capacidade de reservação hidrelétrica e a transição para fontes renováveis intermitentes são preocupações que afetam a segurança energética.

Estagnação da Capacidade de Reservação de Água

Foi decidido que a redação sobre a estagnação da capacidade de reservação deve incluir a capacidade de reservação de água de forma geral, não apenas a hidrelétrica.

Reservação de Água e Balanço Hídrico

Os participantes concordaram que a reservação de água deve ser feita de forma estratégica, levando em consideração as sensibilidades ambientais e a necessidade de um novo paradigma.

Foi levantada a preocupação sobre a pressão no balanço hídrico e a necessidade de garantir a água no futuro, destacando a importância de um planejamento cuidadoso.

Os participantes concordaram em seguir a linha de análise apresentada, sem sugestões de mudanças imediatas, mas com a necessidade de um processo de consulta bem desenhado.

Discussão sobre a Matriz Elétrica

Foi decidido que a terminologia 'mix' seria substituída por 'matriz' para maior clareza na comunicação.

Os participantes concordaram em fazer ajustes na redação do parágrafo referente à matriz elétrica, removendo dados numéricos para simplificação.

Impacto do Aumento da Temperatura na Demanda de Energia

As regiões do Brasil, especialmente o sudeste, estão projetadas para ter um aumento significativo na demanda de energia elétrica devido ao aumento das temperaturas.

O aumento da temperatura está gerando preocupações sobre a eficiência e a manutenção dos sistemas de resfriamento, que se tornam mais exigentes devido ao clima extremo.

Discussão sobre o Custo da Inação e Modelagem de Mitigação

A equipe expressou preocupação sobre a contradição entre os dados do custo da inação e a estratégia de mitigação, já que os dados não estão sendo considerados formalmente na modelagem.

Foi mencionado que o estudo sobre o custo da inação foi uma encomenda do Ministério da Ciência e Tecnologia, o que lhe confere relevância.

Discussão sobre Riscos e Mitigação

A equipe expressa preocupação sobre os riscos potencialmente subestimados e os cenários de inação, que podem levar a consequências mais complexas e não avaliadas.

A equipe concorda que a informação sobre os riscos da inação é válida e deve ser considerada na estratégia de mitigação, mesmo que não esteja incluída na modelagem atual.

Biodiversidade e Ações de Adaptação

A biodiversidade é considerada a base sobre a qual se assentam as demais áreas temáticas, sendo crucial para o sucesso das ações de adaptação.

A equipe sugere que a conclusão sobre a biodiversidade seja alocada em um local mais apropriado, relacionado a soluções baseadas na natureza.

Estratégia Nacional de Adaptação e Princípios do Plano Clima

A Estratégia Nacional de Adaptação é regida pela Lei 14.904 de junho de 2024 e pela Resolução 3.23 do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, que estabelecem diretrizes para planos de adaptação em diferentes níveis.

Foi acordado que os princípios norteadores do Plano Clima devem representar a base de valores sobre a qual o plano é construído, guiando a elaboração dos elementos que o constituem.

Foi levantada a necessidade de incluir princípios da Convenção da Diversidade Biológica para promover a conservação da biodiversidade e o uso sustentável de recursos genéticos.

Discussão sobre convenções climáticas e de biodiversidade

Bruna levantou a preocupação de que a proposta estava muito extensa e sugeriu que fosse resumida, além de incluir referências a convenções relevantes.

Foi decidido que a proposta deve incluir referências à Convenção de Combate à Desertificação, além das outras convenções mencionadas, para garantir uma abordagem mais abrangente.

Os participantes concordaram em revisar a proposta para garantir que as diretrizes e objetivos nacionais sejam observados em todos os planos, incluindo os estaduais e municipais.

Diretrizes e Objetivos sobre Biodiversidade

Foi decidido que o texto sobre a saúde e bem-estar das populações será alterado para incluir uma referência mais ampla, abrangendo todas as populações e não apenas comunidades específicas, respeitando os modos de vida dos povos tradicionais.

Foi levantada a preocupação de que o texto original poderia dar a entender que a saúde e o bem-estar seriam resguardados apenas para populações específicas, o que poderia causar confusão.

A discussão incluiu a referência ao Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e a necessidade de considerar vários instrumentos para promover a resiliência, conforme mencionado na página 49 do documento.

Implementação do Plano de Adaptação e Financiamento

Foi levantada a preocupação de que as ações previstas no orçamento público federal não serão suficientes para atender às demandas existentes no país, destacando a necessidade de recursos financeiros internacionais.

A proposta de alteração para alinhar a linguagem do texto aos compromissos assumidos pelo Brasil foi discutida, sem reduzir a responsabilidade do governo federal em relação à agenda de adaptação.

Financiamento Internacional e Obrigações do Governo

Foi levantada a preocupação sobre a lacuna no financiamento necessário para adaptação, enfatizando que, apesar das obrigações constitucionais do governo federal, ainda há uma dependência de recursos internacionais.

Governança, Monitoramento e Avaliação

Foi acordado que o grupo de trabalho deve focar na produção de conteúdo e na absorção de recomendações do Comitê Interministerial, sem se envolver diretamente nas decisões das câmaras.

Proposta de Monitoramento da Agenda de Adaptação

A equipe concordou que a proposta para o monitoramento da agenda de adaptação deve ser apresentada, e que o grupo de trabalho de adaptação se tornará permanente para supervisionar a implementação do plano clima.

Foi levantada a preocupação de que não há uma definição clara sobre a aprovação do grupo de trabalho (GT) e a estratégia associada, o que pode atrasar o processo de monitoramento.

A proposta para o GT e seu funcionamento deve ser apresentada para validação política antes de seguir para a consulta pública, conforme discutido com a equipe do DECOL e a Casa Civil.

Monitoramento e Implementação de Ações

A falta de governança e regras claras para o monitoramento foi uma crítica ao PNA de 2016, levantando preocupações sobre a implementação da agenda.

Foi sugerido que o documento indique a necessidade de um processo de monitoramento, com a continuidade dos grupos de trabalho para garantir a implementação das ações.

Governança e Monitoramento

O Speaker_01 expressa desconforto em aprovar propostas detalhadas relacionadas à governança sem que haja um pacto prévio entre os participantes, ressaltando a importância do comprometimento de todos.

O Speaker_09 sugere substituir a menção a reuniões trimestrais, semestrais e anuais por um termo mais genérico, 'periódicos', para facilitar o monitoramento e a revisão de indicadores.

Governança e Participação da Sociedade Civil no Plano Clima

Foi decidido que o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima será destacado como um ator adicional na promoção da participação social na implementação do plano clima.

A proposta de redação foi apresentada para manter a referência ao papel do fórum no processo de monitoramento e implementação do plano clima, com a participação da sociedade civil e da comunidade científica.

Implementação do Plano Clima Adaptação

O GT de adaptação terá a atribuição de fornecer dados para o monitoramento e acompanhamento da implementação do Plano Clima Adaptação, com a participação de diversos setores e ministérios.

Os representantes setoriais devem reportar os resultados ao GT, e a participação social será promovida através de espaços de debate e transparência.

Foi levantada a preocupação de que o governo não pode lidar sozinho com a agenda de adaptação e que a sociedade deve ser engajada ativamente no processo.

Avaliação e Monitoramento de Planos

Os participantes concordaram em encaminhar as propostas discutidas para avaliação e debate, visando melhorar a redação do plano.

Houve uma preocupação expressa sobre a complexidade de sistematizar as contribuições recebidas, que totalizaram 179, e a dificuldade em discutir a paridade de gênero para todo o plano.

Foi decidido que a proposta de um GT para monitoramento das ações de gênero será remetida à estratégia transversal de monitoramento, em vez de ser incorporada diretamente ao GT existente.

CONCLUSÃO DAS CONSIDERAÇÕES

PAUTA Nº 4 – ENCAMINHAMENTOS.

Discussão sobre a Agenda de Adaptação e Temas Relevantes

Foi decidido que a agenda de adaptação deve focar na redução de vulnerabilidades e na erradicação de desigualdades, priorizando uma abordagem centrada nas pessoas.

Foi levantada a preocupação sobre a necessidade de garantir que as vozes mais afetadas pelas mudanças climáticas sejam ouvidas e consideradas nos processos de adaptação.

Discussão sobre Justiça Climática e Desenvolvimento Sustentável

Foi proposto que todos os comentários e informações sejam adicionados ao documento para facilitar a visualização e que não serão aceitas novas propostas, apenas ajustes e correções.

Os participantes concordaram em consolidar o texto e enviar um novo documento para revisão, incorporando as propostas discutidas antes da reunião do SUBEX.

Revisão e Envio de Documentos

A equipe planeja enviar a revisão do material até o início da próxima semana, dependendo da reunião do SUBEX.

Os participantes foram lembrados da importância de entregar os planos setoriais até o dia 10 de outubro, quando o texto da Estratégia Nacional será enviado.

FIM DE REUNIÃO

Próxima Reunião 06 de dezembro de 2024